

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, da JSL Arrendamento Mercantil S/A, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S/A tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A, contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

A Companhia passou a operar na prestação de serviços de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica, a partir de janeiro de 2016.

No final do 1º semestre de 2016, o crédito total do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$3.130 bilhões, com elevação de 1% em doze meses. A relação crédito/

PIB atingiu 51,9%, ante 53,4% em junho do ano anterior. A carteira com recursos livres alcançou R\$1.569 bilhões, com redução de 1,7% em doze meses.

O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 169,4 bilhões, com redução de 14,2% em doze meses (comparativamente a redução de 8,8% no mesmo período de 2015), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no final do 1º semestre de 2016 a R\$ 38,7 bilhões, com redução de 17,5% em relação ao 1º semestre de 2015.

Em 30 de junho de 2016, os Ativos totais da Companhia somaram a R\$ 70,4 bilhões, crescimento de 211,4% em relação a 30 de junho de 2015, destacando-se: R\$ 12,7 bilhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 17,6 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e R\$ 35,1 bilhões de Imobilizado de Arrendamento.

O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, apurado segundo

as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 23,6 bilhões, com crescimento de 439% em relação a 30 de junho de 2015.

O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 17,5 bilhões em 30 de junho de 2016. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S/A no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 24 de agosto de 2016.

A DIRETORIA

ATIVO	Nota Explicativa	Balanças Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)	
		2016	2015
CIRCULANTE		30.568	13.749
Disponibilidades	4	148	107
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	17.555	1.525
Aplicações no mercado aberto		15.240	-
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		2.315	1.525
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	5	12.681	12.085
Carteira própria		2.156	12.085
Vinculados a prestação de garantias		10.525	-
Operações de arrendamento mercantil		(69)	(38)
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	12.776	1.612
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(12.707)	(1.602)
Outros créditos		(138)	(48)
Diversos	7	201	70
Outros valores e bens		52	-
Despesas antecipadas	23b	52	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.626	1.851
Operações de arrendamento mercantil		(91)	(22)
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	17.056	3.566
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(16.963)	(3.566)
Outros créditos		(184)	(22)
Diversos	7	4.717	1.873
PERMANENTE		35.228	7.017
Imobilizado de uso	8a	70	81
Instalações, móveis e equipamento de uso		91	85
Depreciação acumulada		(21)	(4)
Imobilizado de arrendamento	8b	35.064	6.924
Bens arrendados		36.360	7.065
Superveniência de depreciação		8.599	1.486
Depreciação acumulada		(9.895)	(1.627)
Intangível	23c	94	12
Ativos Intangíveis - Software		101	12
Amortização acumulada		(7)	-
TOTAL DO ATIVO		70.422	22.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota Explicativa	Balanças Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)	
		2016	2015
CIRCULANTE		29.146	864
Depósitos		11.724	-
Outros Depósitos	9	11.724	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		4.506	63
Letras de Arrendamento Mercantil	10	4.506	63
Outras obrigações		12.916	801
Fiscais e previdenciárias	12a	446	405
Diversas	12b	12.470	396
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.996	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		9.996	-
Letras de Arrendamento Mercantil	10	9.996	-
Outras obrigações		13.735	2.803
Fiscais e previdenciárias	12a	2.156	256
Diversas	12b	11.579	2.547
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.545	18.950
Capital de domiciliados no país	13	20.000	20.000
Prejuízos acumulados		(2.455)	(1.050)
TOTAL DO PASSIVO		70.422	22.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2016		2015	
		Valor	%	Valor	%
Receitas da intermediação financeira		8.838		2.756	
Operações de arrendamento mercantil	6f	7.237		1.807	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	1.601		949	
Despesas da intermediação financeira		(5.867)		(1.490)	
Operações de captação no mercado	10	(234)		(3)	
Operações de arrendamento mercantil	6f	(5.456)		(1.439)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(177)		(48)	
Resultado bruto da intermediação financeira		2.971		1.266	
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.180)		(4.046)	
Receitas de prestação de serviços	14	3.672		27	
Despesas de pessoal	15	(1.905)		(1.239)	
Outras despesas administrativas	16	(4.977)		(2.754)	
Despesas tributárias	17	(365)		(61)	
Outras receitas operacionais	18	444		6	
Outras despesas operacionais	19	(49)		(25)	
Resultado operacional		(209)		(2.780)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(209)		(2.780)	
Imposto de renda e contribuição social		20		92	
Ativo fiscal diferido, líquido		92		1.112	
Prejuízo		(117)		(1.668)	
Prejuízo por ação em circulação - em R\$		(0,01)		(0,08)	
(Representado por 20 milhões de ações)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Eventos subsequentes** - Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	148	107
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.555	1.525
- Aplicações no mercado aberto (a)(b)(c)	15.240	-
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)(c)	2.315	1.525
Total de caixa e equivalentes de caixa	17.703	1.632

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional - LTN; (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI; e (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

No "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel.

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Em 30 de junho	
	2016	2015
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	2.156	12.085
Carteira própria	2.156	12.085
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	2.156	12.085
Vinculados a prestação de garantias (b)	10.525	-
Letras financeiras do tesouro - LFT (c)	10.525	-
Total	12.681	12.085

(a) Vencimento do papel para 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Circular BACEN nº 3.681/2013, com nova redação dada pela Circular BACEN nº 3.705/2014, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento pela emissão de cartões pré-pagos (vide nota 9). Para o ano de 2016, o percentual de alocação desses recursos é de 40% (R\$ 4.690), todavia a Companhia, em 30 de junho de 2016, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 01 de março de 2019, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários - Letras financeiras do tesouro - LFT:

	Em 30 de junho	
	2016	2015
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	12.687	12.090
Valor de custo	12.687	12.090
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(6)	(5)
Valor Contábil	12.681	12.085

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	666	106
Rendas de aplicações em operações compromissadas (2)	126	65
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (2)	809	778
Rendas de títulos de renda fixa	1.601	949
Total	1.601	949

(2) Vide nota 4.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, às quais são resumidas conforme segue:

a) Composição da carteira de arrendamento mercantil

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Arrendamentos a receber - setor privado	29.832	5.178
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(29.670)	(5.168)
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)	36.360	7.065
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(1.296)	(141)
- Depreciações acumuladas (nota 8b)	(9.895)	(1.627)
- Superveniência de depreciação (nota 8b)	8.599	1.486
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 12b)	(11.579)	(2.547)
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	23.647	4.387

(b) Composição da carteira por nível de risco e faixa de vencimento:

Rating	Em 30 de junho					
	AA	A	B	C	D	Total
Parcelas vencidas	-	3	57	100	30	190
Subtotal	-	3	57	100	30	190
01 a 60	-	408	1.018	405	19	1.850
61 a 90	-	209	335	175	9	728
91 a 180	-	630	1.445	554	26	2.655
181 a 360	-	1.145	2.531	981	47	4.704
Acima 360	-	2.769	8.206	2.473	72	13.520
Subtotal	-	5.161	13.535	4.588	173	23.457
Total geral	-	5.164	13.592	4.688	203	23.647
PDD 2016	-	70	185	64	3	322
% Provisão (1)	-	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	1,4%

(1) Provisão requerida com base na Resolução no 2.682/99 do CMN.

Rating	Em 30 de junho					
	AA	A	B	C	D	Total
Parcelas Vencidas	-	-	8	7	-	15
Subtotal	-	-	8	7	-	15
01 a 60	-	69	142	120	-	331
61 a 90	-	40	69	45	-	154
91 a 180	-	110	181	169	-	460
181 a 360	-	202	383	301	-	886
Acima 360	-	760	812	969	-	2.541
Subtotal	-	1.181	1.587	1.604	-	4.372
Total Geral	-	1.181	1.595	1.611	-	4.387
PDD 2015	-	6	16	48	-	70
% PROVISÃO (1)	-	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	1,6%

(1) Provisão requerida com base na Resolução no 2.682/99 do CMN.

c) Composição da carteira por setor econômico:

	Em 30 de junho			
	Valor	%	Valor	%
Sector privado	14.675	62,1	1.667	38,0
Serviços	9.298	39,3	1.610	36,7
Transportes terrestres	8.239	34,8	1.610	36,7
Construção e incorporação	273	1,2	-	-
Demais serviços	786	3,3	-	-
Indústria	3.992	16,9	-	-
Outros	3.992	16,9	-	-
Comércio	358	1,5	57	1,3
Comércio varejista	358	1,5	57	1,3
Outros	1.027	4,4	-	-
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	1.027	4,4	-	-

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho	
				2016	2015
Móveis e equipamentos de uso	10%	11	(1)	10	6
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(20)	60	75
Total		91	(21)	70	81

b) Imobilizado de Arrendamento

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Veículos e Afins	31.142	7.025
Máquinas e Equipamentos	5.218	40
Depreciação Acumulada	(9.895)	(1.627)
Superveniência de Depreciação	8.599	1.486
Total (nota 6a)	35.064	6.924

c) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Saldo no início do semestre	14.546	2.094
Entradas	21.363	4.967
Baixas	(35)	-
Depreciação no semestre (nota 6f)	(5.456)	(1.439)
Superveniência de Depreciação no semestre (nota 6f)	4.646	1.302
Saldo no final do semestre	35.064	6.924

9. OUTROS DEPÓSITOS

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, uma vez que a partir de janeiro/2016 a Companhia passou a operar na prestação de serviços de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	11.724	-
Total	11.724	-

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

	Remuneração ao ano	Valor da operação	Em 30 de junho	
			2016	2015
Vencimento				
01 a 30 dias	-	-	-	-
31 a 180 dias	-	-	-	-
181 a 360 dias	14,98% a 15,66%	4.445	4.506	63
Acima de 360 dias	14,08% a 16,14%	9.885	9.996	-
Total		14.330	14.502	63

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, no semestre findo em 30 de junho de 2016 montou a R\$ 234 (30 de junho de 2015 – R\$ 3).

11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: **• Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. **• Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – A Companhia não possui processos judiciais em aberto dessas naturezas.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Impostos e Contribuições a recolher	446	289
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 20b)	2.156	372
Total	2.602	661

b) Diversas

	Em 30 de junho	
	2016	2015
Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a)	11.579	2.547
Operações com cartões pré-pagos (1)	8.304	-
Antecipações para crédito em cartões pré-pagos (2)	3.108	-
Pessoal	459	255
Contas a pagar	52	18
Valores a pagar a sociedades ligadas	51	2
Outros	23	10
Total	24.049	2.943

(1) Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos; e (2) Valores a serem creditados aos portadores de cartões pré-pagos (nota 21).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016 e de 2015 é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Rendas com cartões pré-pagos (1)	3.638	-
Operações de arrendamento mercantil	34	27
Total	3.672	27

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Proventos	1.204	749
Encargos sociais	550	420
Benefícios	151	70
Total	1.905	1.239

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Serviços do sistema financeiro (1)	2.118	37
Honorários da Diretoria (nota 21b)	1.322	1.957
Serviços de terceiros	622	137

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Processamento de dados	395	323
Aluguéis	187	181
Comunicações (1)	176	1
Publicações	53	47
Depreciação e amortização	14	4
Outras	90	67
Total	4.977	2.754

(1) Referem-se, substancialmente, a despesas decorrentes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Cofins	291	47
PIS	47	7
ISS	26	3
Outras	1	4
Total	365	61

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Outras receitas financeiras	441	6
Outras	3	-
Total	444	6

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Associação de Classe	24	12
Variação cambial	9	-
Perdas com fraudes	8	-
Outras	8	13
Total	49	25

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Sociedade está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	Semestres findos em 30 de junho	
	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(209)	(2.780)
Alíquota vigente em 30 de junho (nota 3i)	45%	40%
Expectativa de crédito de acordo com a alíquota vigente	94	1.112
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre	(2)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	92	1.112

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2015	Constituição	Reversão/ Reversão	30/06/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61	80	-	141
Provisão para publicação	20	17	-	37
Ajuste de Marcação sobre Mercado	-	2	-	2
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	81	99	-	180
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.417	1.156	-	4.573
Total Crédito tributário (nota 7) (2)	3.498	1.255	-	4.753
Obrigações fiscais diferidas (1)	(994)	(1.162)	-	(2.156)
Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	2.504	93	-	2.597

(1) Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.
 (2) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2015, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2016	2015	2016	2015
• 2016	24	-	24	-
• 2017	21	-	21	-
• 2018	1.674	-	1.674	-
• 2019	876	-	876	-
• 2020	2	-	2	-
Total dos créditos tributários (2)	2.597	-	2.597	-

(2) Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscal ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 2.156, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 30/06/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic é de R\$ 1.964.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Semestres findos em 30 de junho			
	2016	2015	2016	2015
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a pagar				
• JSL S/A	(51)	(8)	(28)	(5)
Antecipações para crédito em cartões pré-pagos				
• JSL S/A	(3.072)	-	-	-
• Quick Logística Ltda	(36)	-	-	-
Préstação de serviços na emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos				
• JSL S/A	-	-	1.724	-
• Quick Logística Ltda	-	-	26	-

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração

DIRETORIA	
Diretor Presidente Osmar Roncolato Pinho	Diretor Sergio de Jesus

dos Administradores. No semestre findo em 30 de junho de 2016 houve gastou com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.322 (30 de junho de 2015 – R\$ 1.957). **c) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Gestão de Riscos - A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde: **• São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;** **• São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias;** e **• A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.** A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de riscos permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.jsleasing.com.br> - Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: **• Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;** **• Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;** **• Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;** **• Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;** e **• Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA** - Segundo as regras do BACEN, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras e sociedades autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades. O índice de Basileia foi calculado com base nas normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/2013, além de legislação complementar. No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Índice de Basileia Nível I apurado pela Companhia foi de 28,2% (30 de junho de 2015 – 56,2%). Não foi apresentado o Índice de Basileia Nível II pelo fato da Companhia não possuir instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada. **c) Gerenciamento de Risco Operacional** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de obrigações legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **d) Gerenciamento de Risco de Mercado** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. A esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o *back test* do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **e) Gerenciamento de Risco de Crédito** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **f) Gerenciamento de Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para outros inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais. **b)** Outros valores e bens em 30 de junho de 2016 são representados por despesas antecipadas relativas a comissão sobre fiança bancária; **c)** Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*; e **d)** Não há eventos subsequentes, que requirem ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S/A
 Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL Arrendamento Mercantil S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de erro relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva
 A Companhia registra as operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (nota 3(h)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei no. 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva
 Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
 Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de agosto de 2016

 **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
 CRC 2SP00160/O-5

Luiz Antonio Fossa